

JB

Brasil

## Internacionalização da Amazônia é denunciada

BRASÍLIA — O maior empresário da colonização particular do Brasil, Ariosto da Riva, proprietário da Indeco S/A — Integração, Desenvolvimento e Colonização, pretende denunciar ao Conselho de Segurança Nacional (CSN), nos próximos dias, a existência de um movimento, dentro e fora do país, em defesa da internacionalização da Amazônia. Segundo o empresário, a primeira vitória dos "internacionalistas" é o programa Nossa Natureza, lançado quarta-feira pelo presidente José Sarney, e que, no seu entender, "é nefasto ao desenvolvimento e integração do território brasileiro".

"O presidente Sarney foi fortemente pressionado por organismos internacionais para editar este pacote ecológico", afirma o empresário, responsável por projetos de colonização de mais de 600 mil hectares na Amazônia Legal. Segundo Ariosto da Riva, os organizadores dessa campanha internacional teriam apresentado ao governo brasileiro "números mentirosos e fotos de satélites pré-montadas", para sensibilizar o presidente da República e levá-lo a lançar o programa Nossa Natureza, um conjunto de medidas destinadas a reorientar a política ecológica governamental.

O proprietário da Indeco garante ainda que são irreais os números apresentados pelo presidente Sarney no discurso de lançamento do programa e que foram fornecidos à Presidência da República pelo Instituto de Pesquisas Espaciais, com base em fotos enviadas por satélites internacionais. No seu pronunciamento, o presidente declarou que num só dia foram registrados seis mil focos de incêndio em todo o país.

"Afirmo e pretendo provar ao Conselho de Segurança que essas fotografias são meras montagens. Também não é verdade, como afirmam alguns ecologistas internacionais, de que apenas este ano foram derrubados e queimados mais de 20 milhões de hectares de mata no Brasil. O número real é de apenas 20 mil hectares".

O empresário Ariosto da Riva, de 72 anos, foi o responsável pelos projetos de construção das cidades de Alta Floresta, Paranaíta e Apicás, no norte do Mato Grosso, onde hoje vivem mais de 200 mil pessoas. Na região foram implantados mais de 1.600 km de estradas, 210 escolas rurais e montada a infra-estrutura para que outras empresas colonizadoras fundassem mais cinco cidades. "Nestes últimos 15 anos, não desmatamos nem 20% da área, quando a legislação nos permitia ocupar até 50%. Isto é uma agressão à ecologia?", pergunta o colonizador.

**Celeiro** — "O pacote ecológico se constitui num boicote ao desenvolvimento brasileiro", afirma por sua vez o diretor-presidente da Confresa (Colonização e Empreendimentos Ltda.), José Carlos Carneiro. A empresa paulista implantou recentemente um projeto de colonização e assentamento no município de Santa Terezinha, responsável por grande produção de arroz, milho e soja, com um dos maiores índices de produtividade registrados no país. "Os grandes países produtores de grãos estão começando a temer a concorrência brasileira no mercado internacional de alimentos e a transformação de uma pequena parte da Amazônia em uma região agrícola não lhes interessa."

## IBDF quer linha de crédito

BRASÍLIA — O país exportou no ano passado madeira em tora no valor de 100 milhões de dólares, mas o governo não sabe precisar o volume remetido. A informação é do diretor de Industrialização e Comercialização do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), Marco Antônio Castelo Branco, que, com a proibição de exportação de madeira em tora — item do pacote ecológico — defende a abertura de linha de crédito à indústria madeireira, através do BNDES, para exportar madeira trabalhada ou semitrabalhada. Castelo Branco acredita que a medida beneficiará a oferta de madeira no mercado interno.

As exportações de madeira em tora no ano passado representaram 0,04% do total das exportações brasileiras ou 0,12% referente ao setor florestal. Antes da proibição havia três maneiras de se obter a madeira em tora: através de

projetos de exploração mineral, de projetos de agropecuária ou de construção de hidrelétricas.

— Quase todas as florestas acabavam ficando submersas quando se construíam as hidrelétricas — comenta o diretor de Parques e Reservas do IBDF, Luciano Pizzatto, lembrando a inundação das florestas causada pelas represas de Tucuruí e Balbina, no Pará. — O melhor índice que conseguiram ao cortar as florestas era de 10%, porque a construção da hidrelétrica era mais rápida do que o corte.

Na última reunião do Conselho Nacional de Comércio Exterior (Concex), no fim de setembro, foi "praticamente acertada", segundo Castelo Branco, a proibição de exportar madeira em tora nos projetos de exploração mineral ou agropecuários, restando apenas os projetos de hidrelétricas.